



## CPI do Cachoeira vai ouvir Cavendish e Pagot em agosto

Além do ex-dono da Delta e do ex-diretor do Dnit, a comissão parlamentar de inquérito que investiga relações entre contraventor Carlinhos Cachoeira e agentes públicos e privados aprovou a convocação do prefeito de Palmas, Raul Filho, que depõe na próxima terça-feira



Luiz Pitiman, Fernando Collor e Flexa Ribeiro ouvem Alvaro Dias cobrar a convocação de De Filippi



Vital do Rêgo (C), entre Paulo Teixeira e Odair Cunha: convite a juiz ameaçado que deixou o caso

**E**m mais uma reunião marcada por embates políticos entre PSDB e PT, a CPI do Cachoeira aprovou a convocação do ex-dono da construtora Delta Fernando Cavendish e do

ex-diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) Luiz Antônio Pagot. Também serão ouvidos o prefeito de Palmas, Raul Filho (PT), e o ex-diretor da Dersa

Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, ligado ao PSDB. A comissão rejeitou a proposta de convocação do ex-tesoureiro de campanhas do PT José De Filippi. **5**

### Critérios para entrada nas Forças Armadas estarão em lei

Vai para sanção texto que põe em lei os requisitos, hoje previstos só em normas militares. **7**

### Acordo facilita aposentadoria de brasileiro que vive na Alemanha

Comissão aprova projeto que permite ao trabalhador brasileiro e ao alemão aproveitar a contribuição paga no país em que se encontram. **4**



Ana Amélia, ao lado de Eduardo Suplicy, preside a reunião da CRE

### Senadoras querem mais 6 meses para CPI da Violência contra a Mulher

Deputadas e senadoras buscam assinaturas para prorrogação da comissão mista. **8**

### Relatório à MP do Código Florestal será apresentado segunda-feira **8**

### Senado terá esforço concentrado nos meses de agosto e setembro **2**



**O**s usuários do serviço médico do Senado foram surpreendidos na manhã de ontem com uma apresentação do Coral do Senado, no hall de entrada da Secretaria de Assistência Médica e Social (Sams), que organizou o evento. A iniciativa faz parte da preocupação da direção do Senado com a saúde dos funcionários da Casa. No dia 11 de junho, quarta-feira, o coral realiza concerto às 20h, com entrada franca, no Centro Cultural Brasília (Av. L2 Norte, quadra 601), com a participação da pianista Ana Amélia Gomyde. O Coral do Senado é regido por Glicínia Mendes.

Jornal do Senado



Compartilhar cidadania nunca esteve tão fácil

Acompanhe as principais notícias direto no seu Facebook. É só curtir a página do Jornal do Senado. [www.facebook.com/jornaldosenado](http://www.facebook.com/jornaldosenado)

JORNAL DO SENADO



Jane de Araújo/Agência Senado

Há propostas importantes para serem analisadas, como operações de crédito e indicações de autoridades, diz Sarney

## Esforço concentrado nos meses de agosto e setembro

Segundo o presidente do Senado, José Sarney, objetivo é evitar que a campanha das eleições municipais em outubro inviabilize votações importantes. Serão duas semanas de esforço em agosto e uma em setembro

PARA EVITAR QUE a campanha eleitoral inviabilize as votações prioritárias, o Senado realizará semanas de esforço concentrado em agosto e setembro. A informação, anunciada ontem, é do presidente da Casa, José Sarney.

Segundo Sarney, os líderes partidários acertaram que os senadores se reunirão durante duas semanas em agosto e uma em setembro para votar PECs, projetos de

lei, indicações de autoridades e autorizações de operações de crédito mais urgentes em tramitação. As datas ainda serão definidas.

— Nós combinamos com os líderes que vamos fazer no mês de agosto duas semanas de esforço concentrado. Em setembro, uma semana. No mês de outubro, dependendo do segundo turno, vamos combinar com as lideranças sobre como devemos proceder.

Pelo calendário eleitoral divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral, a propaganda eleitoral para o pleito deste ano começa hoje. O primeiro turno das eleições será realizado em 7 de outubro.

— Durante esse período evidentemente que a nossa experiência é de que não adianta marcar [sessões diárias] porque não se obtém número para votação — acrescentou Sarney.

### Senadores de Santa Catarina no próximo Assunto de Estado

Os três senadores de Santa Catarina — Casildo Maldaner (PMDB), Luiz Henrique (PMDB) e Paulo Bauer (PSDB) — serão os entrevistados do programa *Assunto de Estado* na segunda-feira. Ao vivo, o programa vai ao ar às 21h30, pela TV Senado. O tema será “Infraestrutura e sustentabilidade de Santa Catarina”.

Com uma hora e meia de duração, o *Assunto de Estado* terá a participação direta do público. Os telespectadores poderão fazer questionamentos aos parlamentares pelo Alô Senado (0800 612211), pela página do Senado na internet ([www.senado.gov.br/alosenado](http://www.senado.gov.br/alosenado)) e por meio do Twitter (@tvsenado).

Perguntas relacionadas aos temas do programa podem também ser enviadas com antecedência à produção nos mesmos endereços.

A TV Senado pode ser assistida por canal aberto em várias capitais; pela Net, Sky, Oi, TVA e Embratel; e por meio de antena parabólica. Na internet, a emissora está em [www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv).

### Delcídio destaca as audiências realizadas pela Comissão de Assuntos Econômicos

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Delcídio do Amaral (PT-MS), destacou na reunião de ontem a importância dos temas tratados nas audiências públicas do colegiado no primeiro semestre de 2012. Entre os assuntos em debate, o parlamentar citou os leilões de aeroportos, a Ferrovia de Integração Centro-Oeste e os marcos legais da informática e das ferrovias.

Delcídio ressaltou também a audiência, realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), sobre o projeto de lei (PLS 118/09) de Kátia Abreu

(PSD-TO) que permite a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral.

Com a votação de 45 matérias, segundo Delcídio, a comissão encerra os trabalhos no primeiro semestre. De acordo com o senador, a CAE retoma suas atividades no esforço concentrado previsto para o início de agosto.

Delcídio anunciou que a audiência pública com a presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, sobre o plano de trabalho da estatal para o período de 2012 a 2016 será realizada no segundo semestre.



Marcos Oliveira/Agência Senado

No primeiro semestre, 45 matérias foram votadas pela CAE, segundo Delcídio

### Marta Suplicy resalta produtividade do Senado no primeiro semestre

Marta Suplicy (PT-SP), 1ª vice-presidente do Senado, comemorou a produtividade da Casa no primeiro semestre de 2012. Ela ressaltou que tanto o Plenário quanto as comissões e subcomissões trabalharam muito e aprovaram projetos importantes para o país. Marta também mencionou a participação dos senadores em comissões parlamentares de inquérito, como a que investiga as relações de Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados.

— O Senado tem dado repetidas demonstrações de eficiência e compromisso com seu dever de legislar, sempre buscando os interesses sociais — disse.

Como exemplo, Marta Suplicy comentou as votações de Plenário na quarta-feira. Foram aprovados o fim do voto secreto em cassação de mandatos (PEC 86/07), novas regras para divisão do ICMS do comércio eletrônico (PEC 103/11) e a garantia de salário e direitos trabalhistas para conselheiros tutelares (PLS 278/09).



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senadora cita aprovação de projetos importantes para o país

Os senadores também participaram de inúmeros debates, audiências públicas e outros eventos, dentro e fora da Casa, lembrou Marta.

A senadora observou que ainda haverá votações importantes na próxima semana, antes do recesso parlamentar. Ele destacou que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai examinar propostas como a que trata da vacinação de mulheres contra o câncer do colo de útero (PLS 238/11) e a que regulamenta a profissão de cuidador de pessoas idosas (PLS 284/11). Marta Suplicy relata ambas as matérias na comissão.

### Seminário no Senado discute hoje as mídias sociais na política e em instituições públicas

A Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) do Senado realiza hoje, a partir das 9h, o seminário Política e Novas Mídias. Será analisada a participação dos cidadãos, parlamentares e instituições públicas nas redes sociais.

A abertura caberá ao diretor da Secs, Fernando Cesar Mesquita. Marcelo Minutti, da FSB PR/Digital, falará sobre

assessoria de imprensa. Alexandre Ultramari, da Agência +55, sobre gerenciamento de crise. Bruno Hoffmann, da revista *Campaigns & Elections Brasil*, sobre ativismo digital. E Nino Carvalho, consultor de marketing digital, sobre uso de mídias sociais no governo.

Veja mais em [www.senado.gov.br/noticias/especiais/politicas-e-novas-midias](http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/politicas-e-novas-midias).

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO: Sessão não deliberativa

9h Na sessão de hoje não haverá votação de matérias. A primeira oradora inscrita para discursar é a senadora Ana Amélia (PP-RS).

#### SEMINÁRIO: Política e novas mídias

9h A Secretaria de Comunicação Social do Senado realiza a segunda edição do seminário Política e Novas Mídias. O evento vai analisar a participação dos cidadãos, dos parlamentares e das instituições públicas nas redes sociais.

#### CONGRESSO: Cooperativismo

14h O Congresso Nacional realiza sessão solene, no Plenário do Senado, em homenagem ao Dia Internacional do Cooperativismo, comemorado em 4 de julho.

#### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>



#### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## Desacordo atrasa fundo de previdência do servidor

Antes de conseguir a aprovação da lei que criou a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), em abril, o governo enviou ao Congresso proposta que abre crédito orçamentário de R\$ 100 milhões para constituir o fundo. Mas o projeto enfrenta problemas para avançar na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Sem condições de mobilizar sua base para as votações na comissão, o governo depende de acordo com a oposição para dar solução às questões pendentes. A maioria são projetos com pedido de crédito orçamentário, para gastos extras ou remanejamento de despesas. O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2013 é outro tema ainda retido na comissão.

O entendimento entre os parlamentares é necessário para permitir a votação simbólica, sem registro individual de votos, mas até agora as conversas estão paralisadas. Depois do parecer da CMO, as proposições seguem para exame final em sessão do Congresso, que até este momento recebeu apenas um dos 20 projetos de abertura de crédito previstos para exame.

Um impasse mais prolongado entre parlamentares do governo e da oposição pode prejudicar o recesso

### Mudanças previstas

Serão criados <b>três fundos</b> : Executivo, Legislativo e Judiciário
A União fará aportes iniciais: •Funpresp-Exe: R\$ 50 milhões •Funpresp-Leg: R\$ 25 milhões •Funpresp-Jud: R\$ 25 milhões
Lei só atingirá <b>novos servidores</b>
Atuais servidores poderão <b>optar</b> pelo novo sistema nos dois primeiros anos
<b>R\$ 3.916,20</b> será o teto de benefício pago pela Previdência Social
A contribuição à Previdência será de <b>11%</b> , limitada ao teto
Para receber <b>acima disso</b> , servidor deverá <b>contribuir</b> com o novo fundo
A contribuição ao fundo é <b>opcional e variável</b> e terá <b>contrapartida da União</b> , no mesmo percentual, limitada a <b>8,5%</b>
Quem ganha <b>até R\$ 3.916,20</b> poderá contribuir, mas sem contrapartida
Contribuição <b>não garante paridade</b> com salários dos servidores da ativa

parlamentar, previsto para começar em 18 de julho. Pela Constituição, o recesso só pode ser confirmado depois que o Congresso aprovar a LDO, projeto que fixa parâmetros para a elaboração da proposta orçamentária e para a execução dos gastos.

## Faltam quatro meses para fim do prazo de instalação

No caso do Funpresp, existe um prazo de 180 dias para Executivo, Judiciário e Legislativo começarem a operacionalizar os respectivos sistemas de aposentadoria complementar, além do teto da Previdência, hoje R\$ 3.916,20. O prazo conta a partir de 2 de maio, data da publicação da lei que criou o regime complementar (Lei 12.618/12). Portanto, já se foram dois dos seis meses, em meio a dúvidas sobre como ficará o calendário do Congresso no segundo semestre, quando ocorrem as eleições municipais.

A reunião da CMO programada para a última quarta-feira foi cancelada por falta de acordo para votação. Em consequência, a sessão do Congresso prevista para a manhã de ontem também foi cancelada. Uma nova sessão foi convocada para terça-feira, quando as conversas poderão ter

avancado para justificar uma nova rodada de votação no Congresso.

O único projeto de crédito que já passou na CMO e entrou em pauta no Congresso (PLN 2/12) libera R\$ 90 mil para a construção da barragem de Serro Azul, em Pernambuco, obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que deve garantir segurança a municípios frequentemente atingidos por enchentes do rio Una.

Dezoito pedidos de crédito entraram na CMO a partir de maio, entre eles o PLN 4/12, que suplementa com R\$ 1,35 bilhão as dotações do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), ao Seguro de Crédito às Exportações (SCE) e ao Fundo de Garantia às Exportações (FGE). A iniciativa é parte do pacote de medidas para fortalecer a indústria e dinamizar a economia.

Substitutivo de Valadares ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 será votado na semana que vem em comissão com o objetivo de manter a estabilidade econômica e o crescimento sustentado

# Relator da LDO 2013 alerta que crise exige rigor fiscal

RELATOR DO PROJETO da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), acredita que a evolução da crise financeira internacional reforça a necessidade de manutenção do rumo da atual política fiscal brasileira. O substitutivo ao relatório final da proposta, que será votado semana que vem na Comissão Mista de Orçamento (CMO), mantém a orientação.

O substitutivo estabelece que a política fiscal, compatibilizada com a monetária, a cambial e a creditícia, atuará de forma a manter a estabilidade econômica e o crescimento sustentado, permitindo a continuidade da trajetória de queda da dívida pública líquida e a prevenção de riscos fiscais.

Em seu relatório, Valadares também manteve a flexibilidade solicitada pelo Executivo no texto original. O objetivo é permitir que a meta de superávit possa ser reduzida até o valor de R\$ 45,2 bilhões, equivalente a 0,9% do PIB. O relator entende que essa redução deve ser feita para favorecer o conjunto de investimentos prioritários, e não apenas os relativos ao PAC.

Valadares também manteve o dispositivo que permite a

Expectativa			
Parâmetros macroeconômicos projetados para os próximos três anos			
	2013	2014	2015
<b>PIB</b> (crescimento real % a.a.)	5,5	6,0	5,5
<b>Taxa Selic Efetiva</b> (média % a.a.)	9,43	8,75	8,09
<b>Câmbio</b> (R\$/US\$ - final de período - dezembro)	1,86	1,88	1,89

execução de investimentos em 2013 mesmo que a lei orçamentária não seja sancionada até 31 de dezembro. Ele destaca o aperfeiçoamento do capítulo relativo à transparência das informações relacionadas à receita, à despesa e à dívida públicas, tendo em vista a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação e outras disposições constitucionais e legais a respeito do tema.

### Serviços essenciais

Em relação às subvenções sociais (despesas correntes para entidades privadas), previstas exclusivamente para atendimento de serviços essenciais nas áreas de assistência social, saúde e educação, o substitutivo

mantém a redação do projeto, que exige a certificação como entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei 12.101/09, e prevê possibilidades específicas de substituição e de dispensa da referida certificação.

Quanto aos casos de dispensa de certificação, o substitutivo contempla novos casos considerados de relevante importância para a saúde, como prevenção e atenção a pessoas com tuberculose, hanseníase, malária e dengue.

O substitutivo ajusta a redação do dispositivo que proíbe a destinação de recursos a entidade privada em que agente político integre o quadro dirigente, para deixar claro que as ressalvas devem se restringir a situações em que a nomeação do agente ou a atribuição da entidade decorram de previsão legal.

A vedação só deve ser afastada em situações amparadas por legislação específica, como nos casos dos conselhos de saúde, dos consórcios públicos e dos serviços sociais autônomos destinatários de contribuições dos empregadores incidentes sobre a folha de salários, para os quais há legislação própria prevendo a participação de agentes públicos.



Valadares (gravata vermelha) entende que a redução de superávit deve favorecer prioridades

## Despesas com pessoal terão mais controle

Para controlar o crescimento das despesas com pessoal, o substitutivo exige norma legal para a concessão de aumento de parcelas transitórias relativas a férias, abono de permanência, exercício de função eleitoral e outras eventuais, como retribuições, parcelas ou vantagens com previsão constitucional.

Dessa forma, explica Valadares, evitam-se aumentos pelo foro administrativo de gastos com pessoal, que possam afetar o equilíbrio fiscal.

Em relação ao pessoal do serviço público, o substitutivo mantém os dispositivos do projeto para o cumprimento do que dispõe a Lei de Acesso à Informação e às demais normas vigentes. O projeto estabelece uma norma padronizada sobre o tema, não impedindo especificações e adequações que cada Poder e órgão julgar conveniente.

Assim, além da publicação nas páginas na internet dos respectivos órgãos, do nome do servidor, cargo e função,

lotação, ato de nomeação ou contratação, foram acrescidos dados sobre o tempo de serviço no cargo e no setor público. Devem ser publicadas também as tabelas remuneratórias completas que decorrem do exercício dos cargos e funções públicas. Determina ainda a publicidade de resumos e estatísticas, assim como o total de cargos efetivos, comissionados e de funções ocupadas por órgão de unidade administrativa, com os respectivos gastos mensais.



Ana Amélia preside a sessão da Comissão de Relações Exteriores que aprovou seis acordos internacionais e dois requerimentos

## Comissão aprova acordo com a Alemanha para aposentadoria

Períodos de contribuição para o sistema previdenciário dos dois países serão complementares, de acordo com projeto aprovado ontem, permitindo que trabalhadores brasileiros e alemães incluam em seus cálculos os anos de trabalho no país em que se encontram

BRASILEIROS QUE VIVEM na Alemanha e alemães que moram no Brasil poderão incluir em seus cálculos de aposentadoria os anos em que contribuírem para o sistema previdenciário no país onde se encontram. Esse acordo bilateral, previsto no Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 274/12, foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

O projeto foi relatado por Ana Amélia (PP-RS), que presidiu a reunião de ontem, e ainda terá de ser submetido ao Plenário do Senado. Firmado em Berlim, em dezembro de 2009, o acordo define a complementaridade dos regimes de previdência para os cidadãos dos dois países e determina a igualdade de tratamento das pessoas beneficiadas.

— O acordo permite que os trabalhadores não percam o tempo de contribuição realizado em outro país, permitindo somar os períodos de trabalho em dois sistemas, desde que não tenham sido simultâneos, para a obtenção de aposentadorias e outros benefícios previdenciários — observou Ana Amélia em seu voto favorável.

## Outros cinco tratados internacionais recebem pareceres favoráveis

Cinco outros projetos sobre acordos internacionais também foram aprovados na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O PDS 59/12, com Paulo Bauer (PSDB-SC) como relator substituto, ratifica acordo de cooperação educacional com a Libéria.

O PDS 72/12, cujo relatório foi apresentado por Anibal Diniz (PT-AC), aprova o texto do Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos II, administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para

estimular o microcrédito.

O PDS 75/12, que teve como relator substituto Eduardo Suplicy (PT-SP), aprova tratado com a Ucrânia para transferência de pessoas condenadas.

O PDS 82/12, também relatado pelo senador Suplicy, ratifica acordo de cooperação cultural com Burkina Faso.

O PDS 276/12, que teve como relator Sérgio Souza (PMDB-PR), aprova acordo com o Mali sobre o exercício de atividade remunerada por dependentes de pessoal diplomático.

## Solidariedade a jornalista que ficou preso na Síria

A CRE aprovou voto de solidariedade, requerido por Paulo Paim (PT-RS), ao jornalista brasileiro Klester Cavalcanti e à revista *IstoÉ*, para a qual o jornalista prestava serviços na Síria, onde foi preso em maio e liberado alguns dias depois.

Também foi aprovado na reunião de ontem requerimento de Ana Amélia para a realização de audiência pública destinada a debater as tarifas aeroportuárias de embarque internacional cobradas no Brasil, em voos para cidades de fronteira consideradas cidades gêmeas.

## Segundo Lídice, Paraguai sofreu golpe de Estado

Lídice da Mata (PSB-BA) criticou o rito sumário do Congresso do Paraguai, que terminou com o *impeachment* do então presidente Fernando Lugo.

A senadora chamou a atenção para o fato de que houve apenas duas horas de defesa contra acusações “vagas e imprecisas”.

— Como poderia nossa nação se calar, quando houve um golpe de Estado [no Paraguai]?

Lídice disse que o que aconteceu no país vizinho não a surpreende, diante do histórico de posturas conservadoras do Paraguai, como o domínio do Partido Colorado e a ditadura.

O “pretexto evocado para o golpe”, disse a senadora, foi o confronto entre camponeses e policiais, que resultou em feridos e mortos. No entanto, lembrou, fato semelhante ocorreu no Brasil em 1996, quando 19 agricultores morreram em um confronto com policiais em Eldorado dos Carajás (PA) sem que houvesse ameaça à democracia.

Na opinião de Lídice da Mata, o crescimento econômico do Brasil deve vir acompanhado da ampliação da consciência social e da responsabilidade do país diante da comunidade internacional. Para ela, os interesses do Brasil no Paraguai não se resumem aos brasiguaios — os brasileiros que cultivam terras paraguaias, que já manifestaram apoio a Federico Franco, que assumiu o poder com a saída de Fernando Lugo.



Lídice da Mata: ex-presidente Lugo teve só duas horas para se defender de acusações imprecisas

## Simon relembra Itamar e implantação do Plano Real

Pedro Simon (PMDB-RS) registrou ontem a passagem de um ano da morte do ex-presidente da República e senador Itamar Franco (1930–2011), ao mesmo tempo em que se comemoram os 18 anos de implantação do Plano Real, nascido no governo do então presidente (1992–1994).

Simon disse que o Plano Real levou o país a um rumo até então desconhecido de serenidade, continuidade e respeitabilidade. Isso, segundo ele, apesar de Itamar ter exercido a presidência num dos períodos reconhecidamente mais difíceis da história brasileira, com descontrole da inflação. Itamar, então vice-presidente, assumiu o governo com a destituição do então presidente e hoje senador Fernando Collor (PTB-AL).

Líder no Senado no governo Itamar, Simon disse que o objetivo do Plano Real foi cumprido e que suas conquistas pertencem à história.



Pedro Simon registra os 18 anos do Plano Real, implantado no governo Itamar Franco

Simon registrou que Itamar recebeu a economia e a política desarrumadas, e que partidos de oposição, como o PT, não podiam admitir que o projeto de um presidente intermediário pudesse trazer o plano que eles desejavam para si. Nesse cenário, continuou Simon, Itamar teve coragem de bancar a mudança na política econômica, que demandou tempo, coragem, firmeza e respeito mútuo entre o Executivo e o Congresso.

— Foi preciso cortar gastos públicos, recuperar receitas com o combate à sonegação, praticar austeridade nas despesas, promover ajustes nos bancos estaduais, redefinir funções de bancos federais — afirmou.

— O PT não deu trégua, denunciou o plano como eleitoreiro e votou contra. A sociedade, contudo, já sentia os efeitos imediatos da nova medida e apoiou maciçamente a estabilidade decorrente — disse Simon.

Em maio de 1993, quando começou a primeira etapa do Real, a inflação acumulada em 12 meses já estava em 1.348%. Em junho de 1994, um ano depois e com nova moeda em vigor, a inflação foi de 3%, registrou Simon.

— Aprovamos a nova política econômica sem negociar cargos. O Congresso votou com consciência e liberdade. Em nenhum momento votou sob coação, não houve troca-troca, nada — afirmou o senador.

## Alvaro conversará com integrantes do novo governo do Paraguai

A convite do governo paraguaio, o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), está hoje em Assunção onde participa de reuniões com o novo presidente do país, Federico Franco, e representantes do Legislativo e do Executivo daquele país, como o ministro de Relações Exteriores, José Félix Fernández Estigarribia. Alvaro faz parte de uma comissão especial do Senado brasileiro criada durante os conflitos agrários no Paraguai para intermediar diálogos com o parlamento do país vizinho sobre os chamados brasiguaios.

Na semana passada, Alvaro recebeu parlamentares paraguaios no gabinete em Brasília e também esteve em Ciudad del Este ouvindo de lideranças apelos em defesa da soberania do Paraguai após a suspensão do país do Mercosul.

# CPI do Cachoeira interrogará ex-Dnit e ex-Delta

Pagot e Cavendish serão chamados a falar à comissão sobre suas relações com o esquema do contraventor goiano; eles, no entanto, serão dispensados caso decidam manter-se em silêncio diante dos parlamentares

A COMISSÃO PARLAMENTAR de inquérito (CPI) mista que investiga as relações do contraventor Carlinhos Cachoeira com políticos, governos e empresas aprovou a convocação de mais pessoas para depor, incluindo o ex-sócio da construtora Delta Fernando Cavendish e o ex-diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) Luiz Antônio Pagot.

O prefeito de Palmas, Raul Filho (PT), também teve a convocação aprovada pelos parlamentares. Ele aparece num vídeo divulgado pela imprensa negociando com Cachoeira o financiamento de sua campanha em 2004.

Em troca do apoio financeiro, o prefeito petista favoreceria a organização criminosa

de Cachoeira em contratos com a Prefeitura de Palmas. O depoimento dele foi marcado para terça-feira. Os demais deverão depor a partir de agosto.

A ida de Cavendish à CPI vinha sendo discutida havia semanas pelos parlamentares. Licenciado da presidência do Conselho de Administração da Delta desde abril deste ano, Cavendish comandava uma das maiores empreiteiras do país, apontada pela Polícia Federal como braço essencial do esquema de corrupção do contraventor goiano.

Outro nome sobre o qual houve controvérsias em reuniões anteriores da CPI foi o de Pagot. Em entrevistas à imprensa, ele se pôs à disposição para ir à CPI a fim de dar

detalhes sobre a insistência da Delta em conseguir contratos no Dnit. Ele denunciou esquemas de caixa dois em campanhas do PSDB e disse que intermediou doações de empreiteiras a campanhas do PT.

No início da reunião de ontem, os parlamentares decidiram, por votação, manter o sistema de interrogatório que vem sendo adotado pela CPI. Os convocados que evocarem o direito constitucional de permanecer em silêncio serão imediatamente dispensados pelo presidente da comissão, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB). Parte dos deputados e senadores queria ter o direito de indagar mesmo diante da negativa dos convocados.



Alvaro, Vicentinho e Vital após reunião em que CPI aprovou convocações

## Nomes convocados pela CPI

- ▶ **Fernando Cavendish:** ex-sócio da construtora Delta
- ▶ **Luiz Antônio Pagot:** ex-diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit)
- ▶ **Raul Filho:** prefeito de Palmas, aparece num vídeo negociando com Carlinhos Cachoeira o financiamento de sua campanha em 2004
- ▶ **Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto:** ex-diretor da Dersa, acusado por Pagot de participar de esquema de caixa dois em campanha do PSDB
- ▶ **Adir Assad:** empresário que atua nos segmentos de construção civil e eventos; suas empresas, entre as quais a S.M. Terraplenagem, teriam recebido R\$ 50 milhões da Delta
- ▶ **Paulo Augusto Moreira:** vai à CPI na condição de convidado; juiz da 11ª Vara Federal em Goiânia, atuou na Operação Monte Carlo e se afastou do caso após denunciar ter sido alvo de ameaças
- ▶ **Andréa Aprígio de Souza:** ex-mulher de Cachoeira, ela seria usada como "laranja" do grupo
- ▶ **José Augusto Quintella e Romênio Marcelino Machado:** ex-sócios da Sigma Engenharia, que serviria de fachada para operações da Delta; gravaram Cachoeira dizendo que poderia comprar um senador com R\$ 6 milhões.

## Oposição consegue convocar Paulo Preto, ligado ao PSDB

Boa parte da reunião da CPI do Cachoeira foi marcada pelo embate entre parlamentares da oposição e da base aliada.

Os governistas conseguiram aprovar a convocação de Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto — acusado por Luiz Antônio Pagot, ex-diretor do Dnit, de ter pressionado pela liberação de recursos que seriam usados como caixa dois de campanhas do PSDB.

Paulo Preto foi diretor da Dersa, empresa de engenharia rodoviária ligada ao governo

paulista, durante a gestão de José Serra no estado. Ele comandou a construção do Rodanel e a ampliação das vias marginais da capital.

A oposição não teve sucesso na tentativa de convocar o deputado federal José De Filippi (PT-SP), tesoureiro da campanha da presidente Dilma Rousseff. O requerimento foi derrotado por 17 votos a 10. Ele foi acusado por Pagot de intermediar pedidos de doações a construtoras.

— Pagot disse claramente em reportagens que, no caso de Paulo Preto, houve pro-

pina e caixa dois. No caso de José De Filippi, houve arrecadação de campanha para o "caixa um", tudo declarado. Não há nada que incrimine o deputado ou a campanha da presidente Dilma. Por isso, entendemos não ser necessária a convocação — afirmou o relator da CPI, deputado Odair Cunha (PT-MG).

Segundo a oposição, foi uma decisão política. Para o deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), negar a convocação de De Filippi é subestimar a inteligência das pessoas.

## Áudios foram fraudados, diz Demóstenes

Demóstenes Torres (sem partido-GO) protestou contra a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que considerou constitucional, legal e jurídico o parecer do Conselho de Ética pela sua cassação. O senador afirmou que o direito de ampla defesa não lhe foi oferecido, já que não foram aceitas perícias técnicas que produzissem provas a seu favor. Para o parlamentar, se não tivesse havido "pressão avassaladora do noticiário", a representação teria sido arquivada porque "parte do material usado para fundamentá-la tem indícios de fraudes".

Um dos argumentos de Demóstenes é de que o conselho considerou como político o processo no Senado e, por isso, não seria preciso "buscar provas materiais irrefutáveis" de sua culpa. Segundo o senador, a tese diverge do entendimento do STF que, em decisão sobre um mandado de segurança em 2006, afirmou que o processo



Senador afirma que há adulteração na transcrição de duas gravações

por quebra de decoro parlamentar deve prever "ampla possibilidade de defesa e do contraditório aos acusados, inclusive de natureza técnica". Para Demóstenes, devido à pressão em encaminhá-lo ao "cadafalso", o parecer do conselho passa à CPI ou ao STF a responsabilidade pela apuração dos fatos, "torcendo" para que eles investiguem.

— Não estou aqui lutando bravamente apenas para mostrar que as provas são nulas. É muito mais do que isso. Quero apontar que, até onde o assistente conseguiu analisar, inúmeros áudios revelam gravíssimos indícios de fraudes, como edições, montagens, supressões de tempo e falas, emenda e sobreposição de vozes. Isso não é só grave para a defesa, é gravíssimo para a democracia — declarou.

O senador citou dois áudios que teriam sido adulterados. Ele assegurou que a voz que, em uma das gravações, cobra de Carlinhos Cachoeira o pagamento do frete de um avião não é sua, mas de uma terceira pessoa, que fala ao fundo. No segundo, que trata da entrega de R\$ 20 mil, Demóstenes sustentou que foram ignorados na transcrição diálogos anteriores e posteriores que esclareceriam o contexto da conversa e revelariam que o dinheiro não era destinado a ele.

## Para Sarney, clima na Casa é "bem desfavorável" para senador goiano

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que Demóstenes Torres encontra-se numa situação "bem desfavorável" na Casa.

O projeto de resolução que determina a cassação do mandato do parlamentar está pronto para ser votado no Plenário.

A Mesa do Senado recebeu anteontem os pareceres do Conselho de Ética e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o processo contra o senador por quebra de decoro parlamentar.

A expectativa, de acordo com o presidente do Senado, é que o Plenário vote na quarta-feira, dia 11, o projeto

de resolução que trata do processo contra Demóstenes.

— Eu, como presidente, não posso antecipar [meu voto], mas acho que o clima dentro da Casa é bem desfavorável ao senador Demóstenes — disse Sarney.

O parecer do Conselho de Ética concluiu pela apresentação do Projeto de Resolução 22/12, pedindo a cassação de Demóstenes.

A comissão, em seu parecer, declara que não houve problemas de constitucionalidade, legalidade e juridicidade no processamento da Representação 1/12, movida pelo PSOL e que gerou o processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

# Senadores criticam Ibama por não autorizar estaleiro em AL

Benedito e Renan disseram que Alagoas sofre discriminação e que outros estados tiveram aval para receber estaleiros; Ibama argumenta que empreendimento destruiria manguezais e extingiria espécies nativas

A DECISÃO DO Ibama de não autorizar a construção do Estaleiro Eisa em Coruripe (AL) foi criticada ontem por Benedito de Lira (PP-AL) e Renan Calheiros (PMDB-AL). Segundo o Ibama, o empreendimento — com potencial para construir três navios ao ano — causaria destruição de mangue e ameaçaria espécies nativas de extinção.

Para Benedito, o projeto gerou “expectativa extraordinária” na população de Alagoas, com a promessa de mais de 10 mil empregos diretos e de investimentos de R\$ 2 bilhões.

O senador contestou os argumentos do Ibama sobre o impacto ambiental:

— Percorremos todos os caminhos legais e ficamos no aguardo da manifestação do órgão de licenciamento ambiental, que pediu milhões de documentos. O dever de casa para que o empreendedor



Benedito de Lira: negativa mostra discriminação contra Alagoas



Renan Calheiros: não autorizar criação de estaleiro foi decisão política

pudesse cumprir as regras preestabelecidas foi feito.

Conforme ressaltou, a empresa responsável pelo estaleiro tinha se comprometido a plantar 350 hectares de vegetação.

O parecer técnico do Ibama, para o senador, é discriminatório contra Alagoas ao prever movimentos migratórios para o estado e gerar favelização e

sobrecarga nos serviços públicos já carentes do estado.

Ele ainda lembrou que o Ibama autorizou vários institutos de meio ambiente estaduais a fazer licenciamento ambiental, “menos em Alagoas”.

Renan Calheiros concordou. Ele disse que Alagoas quer o mesmo tratamento que Pernambuco teve ao conseguir autorização para a construção de dois estaleiros.

— Espírito Santo, Bahia e Pernambuco conseguiram autorizações. Alagoas continua a ser tratado de forma diferente pelo Ibama — afirmou.

Segundo Renan, está prevista para a próxima semana uma reunião com entre a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, o governador de Alagoas, Teotônio Vilela, e a bancada alagoana no Senado.

Renan disse ter respeito pela legislação ambiental, mas pediu que o Senado não deixe que seu estado seja discriminado. Ele chegou a declarar que o veto do Ibama teve caráter político.

O senador lembrou que Alagoas é um dos estados mais pobres do Brasil e que o povo alagoano tem a expectativa de conseguir investimentos que melhorem a qualidade de vida na região.

— Não podemos permitir que Alagoas deixe de ter os mesmos investimentos de outros estados.



Navio é construído em estaleiro de Pernambuco: senadores se queixam de que Alagoas não recebeu o mesmo tratamento dado ao estado vizinho

## Raupp destaca projeto da Ferrovia Transcontinental

Os planos do governo para a construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico) foram destacados por Valdir Raupp (PMDB-RO). O senador disse que a ferrovia terá 1.600 quilômetros e que as obras devem começar, em setembro de 2013, pelo trecho de 1.000 quilômetros entre Campinorte (GO) e Lucas do Rio Verde (MT).

O projeto é chegar até Porto Velho, beneficiando Rondônia com um novo trecho ferroviário capaz de escoar a produção agropecuária da região. A Fico, disse o senador, faz parte de um plano muito mais ambicioso: a Ferrovia Transcontinental, que, com seus 4.400 quilômetros de extensão, ligará o litoral do norte do Rio de Janeiro até Rondônia e daí seguirá até o Acre e o Peru, chegando ao oceano Pacífico.

— O resultado da cons-



Para Raupp, ferrovias solucionarão vários gargalos de infraestrutura

trução das ferrovias levará à solução de vários gargalos na infraestrutura brasileira. O primeiro e mais óbvio deles será o encurtamento da produção nacional de carne e de soja para os mercados do hemisfério Norte. O outro será a indução do progresso que as ferrovias têm o condão de promover — destacou.

Raupp ainda destacou a necessidade de restauração da Rodovia BR-364, “onde 1.300 carretas de soja trafegam todos os dias e que está completamente esburacada”.

## Viana pede juro menor nos empréstimos dos fundos constitucionais

Jorge Viana (PT-AC) apresentou requerimentos de informação aos ministérios da Fazenda e da Integração Nacional pedindo explicações sobre as taxas de juros cobradas de quem utiliza recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO).

O parlamentar deseja obter esclarecimentos sobre o que está sendo feito para reduzir as taxas dos empréstimos contratados por meio desses fundos, que já não são competitivas por estarem mais elevadas que a Selic. A política de redução de juros implantada pelo governo tornou as instituições bancárias mais atraentes, e a lei que rege os empréstimos do FCO, do FNO e do FNE (Lei 10.177/01), segundo o senador, não permite a vinculação com a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) nem com a Selic.



Segundo Viana, taxas dos bancos privados estão mais atrativas

As taxas se situam entre 6% e 10,75% ao ano nas operações rurais, e entre 8,75% e 14% para as demais operações, segundo o Ministério da Integração Nacional. Antes, os encargos eram compostos por um indexador variável (TJLP, IGP-DI), acrescido de uma taxa fixa. Agora, eles não variam, e aí está o problema, afirmou Jorge Viana.

— Eu espero que os ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, gestores das normativas vinculadas aos fundos, possam efetivamente promover essa mudança.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## Sistema de segurança pública é lei

A presidente Dilma Rousseff sancionou na quarta-feira a criação do Sistema Nacional de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas (Sinesp), que reunirá informações dos governos federal, estaduais e do Distrito Federal.

O sistema instituído pela Lei 12.681/12 foi proposto originalmente em projeto do senador Magno Malta (PLS 310/03), aprovado em maio na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, posteriormente, na Câmara dos Deputados.

O Sinesp vai coletar informações relacionadas à segurança pública, ao sistema prisional, à execução penal e ao enfrentamento ao tráfico de crack e outras drogas. O banco de dados vai ajudar a estruturar a política de segurança pública em todo o país.

Pela lei, os integrantes do Sinesp que deixarem de fornecer ou atualizar dados não poderão receber recursos ou celebrar parcerias com a União, para financiamento de programas, projetos ou ações de segurança pública, como o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen).

Municípios, Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público também poderão pedir adesão ao Sinesp.

### Antecedentes

O texto sancionado inclui alterações do senador Eduardo Braga (PMDB-AM), relator da matéria na CCJ, ao projeto de Magno Malta, que previa a criação de um sistema de informações de segurança pública entre as condições para estados e municípios receberem recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). A partir disso, Braga propôs a criação do Sinesp.

O relator também sugeriu a mudança do Código de Processo Penal para que os atestados de antecedentes criminais deixem de fazer referência a inquéritos policiais ou condenações criminais com pena já cumprida.



Militares desfilam em Brasília no Sete de Setembro: vai para a sanção presidencial projeto que inclui na lei requisitos de admissão no Exército e na Marinha

## Regras para ingresso no Exército e na Marinha estarão descritas em lei

Projetos aprovados atendem a ordem do STF para que requisitos estejam em legislação federal, não em regulamentos militares

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem dois projetos de lei da Presidência da República que incluem na legislação federal os requisitos para ingresso na Marinha e no Exército.

Os projetos (PLC 49/12 e PLC 50/12) atendem à determinação do Supremo Tribunal Federal para que os requisitos exigidos estejam em lei. Hoje, estão nos regulamentos das Forças Armadas.

Os dois projetos tratam dos limites de idade para matrícula nos cursos de formação para as carreiras das duas Armas, da idoneidade moral e dos bons

antecedentes, do cumprimento das obrigações eleitorais e do serviço militar e das condições psicofísicas dos candidatos.

O relator do PLC 49/12, que trata da Marinha, foi Sérgio Souza (PMDB-PR). Ele escreveu:

“Da leitura da proposição, percebe-se que ela não destoa da prática até aqui verificada, tampouco das normas do ordenamento jurídico pátrio. Os aspectos tratados no documento guardam relação de pertinência e decorrem de requisitos e condições específicas da vida militar. Sabemos que

as Forças Armadas possuem peculiaridades relacionadas com sua função institucional, que acarretam estrutura e princípios próprios”.

Em seu voto favorável ao PLC 50/12, que trata do Exército, o relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), assinala que os requisitos para ingresso nas carreiras do Exército — a aprovação em exames de aptidão física, psicológica e de saúde — visam assegurar a capacidade física e a estabilidade emocional dos candidatos para operar equipamentos de uso militar.

“No tocante aos limites de

idade e altura, eles estão em conformidade com a prática da República e dizem respeito à capacidade física dos militares, bem assim às exigências físicas que o ofício demanda. Em relação a essas, é compreensível que determinados esforços físicos são inerentes ao militar e se vinculam às funções que exerce ao longo do tempo em que permanece no serviço ativo. Os parâmetros fixados, no entanto, acompanham a média da população brasileira. Não há que se falar, assim, em eventual discriminação”, argumentou Inácio Arruda.

## Casildo ressalta importância do voto consciente nas eleições

Com o início do período de campanha — já que o prazo para registro de candidaturas para as eleições municipais encerrou-se ontem —, é o momento de o eleitor fazer uma escolha

fundamentada em elementos que indiquem a capacidade do candidato de atender as expectativas e as carências da cidade, afirmou Casildo Maldaner (PMDB-SC).

O senador ressaltou a importância do voto consciente e disse esperar que a descrença nos políticos não influencie o processo democrático.

— Só há uma forma de transformar a realidade e



Wallemir Barreto/Agência Senado

buscar avanços, e esta é a democracia. Trata-se indiscutivelmente do grande espetáculo da cidadania. O brasileiro decide os rumos de sua cidade pelos próximos quatro anos, com desdobramentos de prazo ainda mais longo — alertou.

Casildo destacou a dimensão do processo eleitoral brasileiro, que este ano terá mais de 15 mil candidatos a prefeito e 350 mil a vereador. Ressaltou também que “poucos países conseguem fazer uma eleição com tamanha grandeza, segurança jurídica e velocidade na apuração dos resultados”.

## Suplicy defende criação de fundo para pesquisa de doenças raras

Projeto de lei prevendo a criação do Fundo Nacional de Pesquisas para Doenças Raras e Negligenciadas foi apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP). Segundo o senador, o fundo

contará com recursos anuais de R\$ 50 milhões. — Menos de 10% dos gastos mundiais em saúde são dedicados a doenças e condições mórbidas. É uma falha de mercado, uma vez que o setor privado investe em remédios para o mundo rico e desenvolvido. Dessa forma, proliferam doenças desnecessárias e evitáveis, como dengue,



Jonas Pereira/Agência Senado

doença de Chagas, leishmaniose, malária e tuberculose, entre outras associadas à situação de pobreza e a condições de vida precárias — disse.

O Brasil, registrou o senador, é uma “exceção”, já que o Ministério da Saúde lançou ações de pesquisa de doenças negligenciadas em 2003 e hoje já é considerado um líder mundial no setor. Quanto a pesquisas de doenças raras — termo que designa mais de 5 mil enfermidades degenerativas de baixa prevalência na população, mas que exigem tratamento contínuo —, o governo já vem financiando projetos que totalizam R\$ 39 milhões.

## Projeto que protege juízes de ameaças vai a sanção

O substitutivo do Senado ao projeto que permite à Justiça formar um colegiado de juízes para decidir sobre processo relativo a crimes praticados por organizações criminosas foi aprovado pelos deputados

na quarta-feira e segue para a sanção presidencial.

O objetivo da proposta é evitar ameaças e pressões a um único juiz por parte do crime organizado no caso de decisões como decreto

de prisão ou transferência de presos.

Apresentado originalmente à Comissão de Legislação Participativa da Câmara pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), o

projeto (PLC 3/10) ganhou substitutivo de Alvaro Dias (PSDB-PR) na CCJ do Senado.

Uma das alterações apresentadas pelo senador foi a inclusão do conceito de organização criminosa.

Medida provisória preenche as lacunas deixadas pelos 12 vetos da presidente Dilma ao texto aprovado em maio pela Câmara dos Deputados

# Relatório sobre Código Florestal será lido nesta segunda-feira

SEGUNDA-FEIRA, LUIZ HENRIQUE (PMDB-SC) deve apresentar seu relatório e seu voto em relação à Medida Provisória (MP) 571/12, que preenche as lacunas deixadas pelos 12 vetos da presidente da República, Dilma Rousseff, ao novo Código Florestal.

Luiz Henrique é relator da MP na comissão que reúne senadores e deputados para analisar relevância, urgência e constitucionalidade da medida. Se aprovado nessa comissão mista, o texto segue para votação na Câmara e no Senado.

O prazo originalmente informado pelo senador para a apresentação do seu relatório era anteontem, e a votação dos demais integrantes da comissão mista estava prevista para o dia 10. No entanto, Luiz Henrique quer mais tempo para costurar acordos, que,



Luiz Henrique destacou a apresentação de seu relatório para concluir acordos

Waldemir Barreto/Agência Senado

na opinião dele, facilitarão a tramitação da MP nas duas Casas, quando os parlamentares analisarem seu mérito.

A MP vale até 8 de outubro. A partir de quinta-feira, passa a trancar a pauta da Casa onde estiver (Câmara ou Senado). Os parlamentares preocupam-se com o complicador de este ser um ano eleitoral, quando as atividades do Congresso são tradicionalmente menos aceleradas.

O novo Código Florestal vem sendo discutido no Congresso desde 1996, quando o governo alterou a lei que estava em vigor desde 1967. Em dezembro do ano passado, após intensos debates com a sociedade em todo o país, o Senado conseguiu aprovar um amplo acordo que pretendia pôr fim às disputas que foram travadas durante mais de 15 anos entre ambientalistas e ruralistas.

O texto conseguido pelo Senado foi bastante modificado pela Câmara dos Deputados e seguiu para sanção em maio, sob fortes protestos que incluíam reivindicação de veto integral pela presidente da República. Resultado: Dilma transformou o projeto em lei, mas vetou 12 artigos e 32 pontos. Para completar o que ficou de fora, editou a MP 571/12. Dos 32 pontos vetados, 14 recuperaram o texto aprovado pelos senadores, cinco trazem novos dispositivos e 13 fazem ajustes de conteúdo. No Congresso, a MP recebeu 696 emendas.

Luiz Henrique, que como relator da comissão especial enfrenta o desafio de obter um novo consenso entre os parlamentares, já havia sido o relator do texto aprovado pela ampla maioria dos senadores em dezembro do ano passado.

## Anibal Diniz destaca medidas do Plano Safra para agricultura familiar

O lançamento, pelo governo federal, do Plano Safra 2012-2013 com medidas para a agricultura familiar foi considerado um "gol de placa" por Anibal Diniz



Waldemir Barreto/Agência Senado

(PT-AC). Segundo o senador, serão R\$ 22,3 bilhões para crédito, seguro, assistência técnica e garantia de preços para a comercialização.

— Vamos torcer para que as condições sejam favoráveis, para que as intenções postas no papel e anunciadas sejam levadas à prática e para que a gente tenha um salto de produtividade nestas próximas duas safras — disse.

Foi anunciada a ampliação

da renda bruta anual para acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). "O valor passou de R\$ 110 mil para R\$ 160 mil. Com isso, um número maior de agricultores terá acesso a financiamentos", explicou.

Segundo Anibal, o montante previsto para o Acre pelo Pronaf é de R\$ 85 milhões. Devem ser assinados 5 mil contratos no estado e o valor estimado do Pronaf, de contratação para operações de custeio, é de R\$ 45 milhões. A contratação para operações de investimentos, afirmou o senador, tem projeção de R\$ 40 milhões.

## Ana Amélia elogia reserva de verba para aquisição de terras da reforma agrária

As medidas anunciadas pelo governo para a agricultura familiar como parte do Plano Safra 2012-2013 foram elogiadas por Ana Amélia (PP-RS). A senadora comemorou a garantia de recursos para aquisição de terras da reforma agrária e o aumento do limite de crédito para custeio das lavouras, com redução de juros.

— Um plano eficaz para a agricultura tem o chamado efeito dominó positivo em toda a cadeia produtiva, não só no Brasil, mas também em comunidades internacionais. Projetos foram desenvolvidos em países africanos com base no exemplo brasileiro — disse.

Ana Amélia destacou ainda a criação de novas regras para

o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

— Decreto da presidente Dilma Rousseff permitirá que estados e municípios adquiram os produtos da agricultura familiar com seus próprios recursos. Antes, as compras eram feitas apenas pela União.

A senadora informou que falará na segunda-feira com o Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, sobre a crise na produção de suínos, especialmente no Rio Grande do Sul, em razão da seca e de barreiras econômicas impostas pela Argentina e pela Rússia. Ela anunciou que deve ser lançada na próxima semana a Frente Parlamentar em Defesa da Suinocultura.

## Comissão aprova MP que garante recursos a regiões atingidas por secas e enchentes

A medida que institui linhas de crédito para produtores rurais de municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública foi aprovada pela comissão mista

do Congresso encarregada de analisar seus requisitos constitucionais de admissibilidade.

A expectativa do relator, Walter Pinheiro (PT-BA), é de que a MP 565/12 passe na

Câmara e no Senado antes do início do recesso, dia 18.

A MP autoriza o Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos dos fundos constitucionais do Norte, do

Nordeste e do Centro-Oeste para atender os setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços em áreas atingidas por secas e enchentes. Também permite a ampliação do valor do

Auxílio Emergencial Financeiro de R\$ 300 para R\$ 400, com parcelas de R\$ 80.

No relatório, Pinheiro prevê a repactuação das dívidas agrícolas, com suspensão imediata nos casos das execuções e prazo para pagamento do saldo devedor em dez anos. O senador também propõe a garantia do mesmo tipo de auxílio a produtores atingidos pela seca na região Sul. O Ministério da Fazenda estima que as medidas vão beneficiar cerca de 500 mil produtores, 350 mil deles com dívidas de até R\$ 35 mil.



À mesa, os senadores José Pimentel (E), Lobão Filho e Walter Pinheiro. MP agora segue para exame da Câmara e do Senado

Pedro Franco/Agência Senado